ALFA FINANCEIRA

FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF nº 17.167.412/0001-13 - CARTA AUTORIZAÇÃO Nº 40 DE 04/03/1955
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ouvidoria: 0800-7220140

Senhores Acionistas,

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da **FINANCEIRA ALFA S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos** ("Companhia") relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras, do Parecer do Conselho Fiscal e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Companhia no exercício. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

1. CENÁRIO ECONÔMICO

O ano de 2016 foi bastante atípico. A deterioração das contas públicas, os desdobramentos da operação Lava Jato e a crise política, acentuaram ainda mais as incertezas com relação às instituições públicas, os governantes e a economia do país, aprofundando a recessão dos últimos anos e culminando no impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

Com relação à economia, toda instabilidade política somada ao cenário recessivo exacerbaram a perda de confiança dos agentes econômicos, fazendo com que os investidores e as empresas adotassem uma postura extremamente cautelosa, ao mesmo tempo que a oferta de crédito também sofria forte queda pelas instituições financeiras.

No entanto, após o impeachment, o novo Governo formou uma equipe econômica ortodoxa, que iniciou a implementação de medidas voltadas ao ajuste fiscal e reversão das políticas expansionistas dos anos anteriores, sinalizando uma atuação conservadora no âmbito macroeconômico. Como resultado do processo de restabelecimento da confiança, as perspectivas e ativos começaram a refletir uma melhora no cenário, ocasionando a valorização do Real, a queda do prêmio de risco, a curva de juros futuro e valorização da Bolsa de Valores.

Mesmo assim, com a atividade econômica bastante enfraquecida, o desemprego atingiu a taxa de 11,9% e a inflação desacelerou fortemente a ponto de terminar 2016 dentro do intervalo da meta, em 6,29%, permitindo que o Banco Central iniciasse o processo de flexibilização monetária, reduzindo a taxa Selic para 13,75% a.a. no final do período e direcionando o mercado a apostar em novos cortes no início de 2017.

No mercado internacional, duas notícias foram destaque e geraram momentos de alta volatilidade aos ativos globais.

Primeiramente o plebiscito pelo Brexit, ocorrido em meados de junho e com resultado favorável à saída do Reino Unido da União Europeia, colocou em xeque a solidez do bloco e gerou dúvidas em outros países que cogitaram também realizar plebiscitos para definir seu futuro dentro do bloco europeu.

Outra, foi a inesperada eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, criando um ambiente de fortes incertezas quanto ao rumo da maior economia global. As propostas de campanha do presidente eleito mostraram comprometimento com o protecionismo econômico gerando temor de que o mercado norte-americano perca seu dinamismo, impactando o comércio mundial.

Para 2017, apesar da incerteza política que ainda assola o país e das investigações da operação Lava Jato, a economia deve seguir um caminho positivo. A inflação tem se mostrado consistentemente em queda, consequência de uma atividade ainda fraca, e que deve levar o Banco Central a produzir um afrouxamento monetário mais intenso. Ao mesmo tempo, na medida em que se materializarem as aprovações das medidas de ajuste fiscal, podemos ver um crescimento nos níveis de confiança, com a consequentemente retomada dos investimentos, o que poderá levar a um novo ciclo de retomada da atividade no Brasil.

2. DESEMPENHO DAS ATIVIDADES

Resultado do Exercício

O lucro líquido da Companhia no exercício atingiu R$ 40.053 mil (31/12/2015 - R$ 39.062 mil), correspondendo à rentabilidade de 5,12% (31/12/2015 - 5,10%) sobre o patrimônio líquido inicial de R$ 781.749 mil (31/12/2015 - R$ 765.926 mil). A cada lote de mil ações do capital social da Companhia correspondeu o lucro líquido de R$ 386,93 (31/12/2015 R$ 377,36).

Os juros sobre o capital próprio alcançaram R$ 15.689 mil no exercício (31/12/2015 - R$ 15.353), correspondendo ao valor bruto de R$ 353,59 (31/12/2015 - R$ 338,74) por lote de mil ações preferenciais, conforme nota explicativa 12b. Os juros sobre o capital próprio referentes ao primeiro semestre totalizaram R$ 7.844 mil (30/06/2015 - R$ 7.209 mil), correspondendo ao valor bruto de R$ 176,57 (30/06/2015 - R$ 155,60) por lote de mil ações preferenciais e, para o segundo semestre foi aprovado o valor de R$ 7.845 mil (31/12/2015 - R$ 8.144 mil), correspondendo ao valor bruto de R$ 177,02 (31/12/2015 - R$ 183,14) por lote de mil ações preferenciais.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido atingiu R$ 804.759 mil ao final do exercício (31/12/2015 - R$ 781.749 mil). O valor patrimonial para cada lote de mil ações alcançou R$ 7.774,36 (31/12/2015 - R$ 7.552,07) com crescimento de 2,94% (31/12/2015 - 4,29%) no exercício.

O índice de capital instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil atingiu 24,83% ao final do exercício (31/12/2015 - 23,48%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Prudencial Alfa, quando comparado tanto com o mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil quanto com o de 8% recomendado pelo Comitê da Basileia.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/04/2016, homologada pelo Banco Central do Brasil em 15/06/2016, aprovou o aumento do capital social para R$ 387.830, mediante incorporação de reservas de lucros.

Recursos Captados

O volume de recursos captados pela Companhia atingiu R$ 3.608.363 mil na data do balanço (31/12/2015 - R$ 3.858.360 mil). Esses recursos estavam representados por R$ 3.486.526 mil (31/12/2015 - R$ 3.666.889 mil) em depósitos interfinanceiros, R$ 93.295 mil (31/12/2015 - R$ 141.488 mil) em repasses do BNDES e FINAME e R$ 28.542 mil (31/12/2015 - R$ 49.983 mil) em obrigações por venda de ativos financeiros.

Ativos e Empréstimos

O ativo total alcançou R$ 4.622.923 mil ao final do exercício (31/12/2015 - R$ 4.940.418 mil). A carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos atingiu R$ 293.199 mil na data do balanço (31/12/2015 - R$ 507.856 mil). A Companhia classificou 100% dos títulos e valores mobiliários na categoria "títulos para negociação".

A carteira de crédito, incluindo o ajuste positivo a valor de mercado da carteira de crédito objeto de "hedge" no montante de R$ 105.016 mil (31/12/2015 - R$ 60.916 mil, ajuste negativo), conforme Carta Circular do Bacen nº 3.624 de 26/12/2013, atingiu R$ 3.490.953 mil ao final do exercício (31/12/2015 - R$ 3.839.198 mil). O volume de créditos vencidos acima de 14 dias totalizou R$ 62.148 mil (31/12/2015 - R$ 68.651 mil), correspondente a 1,84% (31/12/2015 - R$ 1,76%) da carteira total.

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu R$ 97.552 mil (31/12/2015 - R$ 86.049 mil), representando 2,88% (31/12/2015 - 2,21%) do total da carteira de crédito, 80,15% (31/12/2015 - 76,32%) acima do mínimo exigido pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999.

3. OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433, de 27/07/2015.

4. DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras da **Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos,** ou pessoas a ela ligadas, não prestou no período outros serviços que não sejam de auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover o interesse deste.

5. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Instrução CVM nº 552, de 09/10/2014, a Diretoria declara que em reunião realizada em 09 de março de 2017, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

AGRADECIMENTOS

É indispensável traduzir o reconhecimento da **Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos** ao trabalho de seus funcionários e ao apoio de seus acionistas e, finalmente, a confiança de seus clientes e das instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

São Paulo, 09 de março de 2017

DIRETORIA

Este Relatório da Administração preparado pela diretoria foi examinado e aprovado em reunião do Conselho de Administração de 09 de março de 2017 para encaminhamento à Assembleia Geral.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - EM R$ MIL

ATIVO	2016	2015
Circulante	**2.836.758**	**2.937.781**
Disponibilidades	**3.045**	**4.128**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 3)	**787.245**	**438.972**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	787.245	438.972
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 4)	**273.353**	**325.022**
Carteira Própria	49.380	275.307
Vinculados a Prestação de Garantias	195.455	18.837
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 15)	28.518	30.878
Operações de Crédito (Nota 5)	**1.555.513**	**1.953.022**
Setor Privado	1.575.999	1.962.287
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	7.862	14.591
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) - (Nota 5d)	(28.348)	(23.856)
Outros Créditos	**205.754**	**205.922**
Rendas a Receber	920	2.009
Diversos (Nota 6)	204.848	203.913
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) - (Nota 5d)	(14)	–
Outros Valores e Bens	**11.848**	**10.715**
Outros Valores e Bens	3.947	3.253
(Provisão para Desvalorização)	(1.222)	(859)
Despesas Antecipadas (Nota 7)	9.123	8.321
Realizável a Longo Prazo	**1.778.439**	**1.996.064**
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 4)	**19.846**	**182.834**
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 15)	19.846	182.834
Operações de Crédito (Nota 5)	**1.358.327**	**1.355.690**
Setor Privado	1.417.394	1.399.155
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	10.121	18.728
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) - (Nota 5d)	(69.188)	(62.193)
Outros Créditos	**400.261**	**454.552**
Diversos (Nota 6)	400.263	454.552
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) - (Nota 5d)	(2)	–
Outros Valores e Bens	**5**	**2.988**
Despesas Antecipadas (Nota 7)	5	2.988
Permanente	**7.726**	**6.573**
Investimentos	**751**	**751**
Outros Investimentos (Nota 15b)	1.308	1.308
(Provisão para Perdas)	(557)	(557)
Imobilizado de Uso	**6.013**	**5.102**
Outras Imobilizações de Uso	12.418	10.851
(Depreciações Acumuladas)	(6.405)	(5.749)
Intangível	**962**	**720**
Ativos Intangíveis	2.293	1.643
(Amortização Acumulada)	(1.331)	(923)
Total Geral do Ativo	**4.622.923**	**4.940.418**

PASSIVO	2016	2015
Circulante	**2.478.269**	**1.965.538**
Depósitos (Nota 9)	**2.340.860**	**1.775.737**
Depósitos Interfinanceiros	2.340.860	1.775.737
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 9)	**36.503**	**43.673**
BNDES	1.733	3.441
FINAME	34.770	40.232
Instrumentos Financeiros Derivativos	**12.859**	**19.465**
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 15)	12.859	19.465
Outras Obrigações	**88.047**	**126.663**
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	772	987
Sociais e Estatutárias	12.460	12.775
Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a)	26.775	30.775
Diversas (Nota 10b)	48.040	82.126
Exigível a Longo Prazo	**1.327.590**	**2.165.017**
Depósitos (Nota 9)	**1.145.666**	**1.891.152**
Depósitos Interfinanceiros	1.145.666	1.891.152
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais (Nota 9)	**56.792**	**97.815**
BNDES	1.595	9.658
FINAME	55.197	88.157
Instrumentos Financeiros Derivativos	**52.504**	**42.555**
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 15)	52.504	42.555
Outras Obrigações	**72.628**	**133.495**
Fiscais e Previdenciárias (Nota 10a)	33.065	88.048
Diversas (Nota 10b)	39.563	45.447
Resultados de Exercícios Futuros	**12.305**	**28.114**
Resultados de Exercícios Futuros	12.305	28.114
Patrimônio Líquido	**804.759**	**781.749**
Capital (Nota 12a):	387.830	379.700
De Domiciliados no País	365.858	354.864
De Domiciliados no Exterior	21.972	24.836
Reservas de Capital (Nota 12c)	6.092	6.092
Reservas de Lucros (Nota 12c)	412.191	395.957
(Ações em Tesouraria)	(1.354)	–
Total Geral do Passivo	**4.622.923**	**4.940.418**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EM R$ MIL
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2016

Descrição	2º Semestre 2016	Exercício 2016	Exercício 2015
Receitas da Intermediação Financeira	**437.028**	**880.310**	**896.132**
Operações de Crédito	364.002	839.070	568.704
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	54.526	113.434	124.783
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 15f)	(28.814)	(161.624)	130.248
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 5e)	47.314	89.430	72.397
Despesas da Intermediação Financeira	**(260.419)**	**(535.438)**	**(570.323)**
Operações de Captação no Mercado	(233.508)	(482.335)	(516.290)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.334)	(4.910)	(5.309)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 5e)	(1.680)	(3.861)	(7.653)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 5d)	(22.897)	(44.332)	(41.071)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**176.609**	**344.872**	**325.809**
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	**(143.391)**	**(279.858)**	**(268.773)**
Receitas de Prestação de Serviços	2.671	5.071	4.098
Rendas de Tarifas Bancárias	11.576	22.675	24.424
Despesas de Pessoal	(46.976)	(93.745)	(92.982)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16a)	(30.427)	(57.989)	(58.550)
Despesas Tributárias	(11.502)	(22.612)	(21.463)
Outras Receitas Operacionais (Nota 16b)	5.001	8.715	7.325
Outras Despesas Operacionais (Nota 16c)	(73.734)	(141.973)	(131.625)
Resultado Operacional	**33.218**	**65.014**	**57.036**
Resultado não Operacional (Nota 16d)	**(1.340)**	**(1.298)**	**(675)**
Resultado Antes da Tributação e Participações	**31.878**	**63.716**	**56.361**
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 8a)	**(9.595)**	**(19.739)**	**(13.530)**
Provisão para Imposto de Renda	345	29.446	(38.579)
Provisão para Contribuição Social	(2.729)	16.345	(28.358)
Ativo Fiscal Diferido	(7.211)	(65.530)	53.407
Participações no Lucro	**(1.922)**	**(3.924)**	**(3.769)**
Empregados	(1.922)	(3.924)	(3.769)
Lucro Líquido do Período	**20.361**	**40.053**	**39.062**
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações - R$	**196,70**	**386,93**	**377,36**

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 17 de março de 2017 às 03:00:26.

ALFA FINANCEIRA

FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF nº 17.167.412/0001-13 - CARTA AUTORIZAÇÃO Nº 40 DE 04/03/1955
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

Ouvidoria: 0800-7220140

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - EM R$ MIL

continuação

Eventos	Capital Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2014	**349.700**	**43.978**	**372.248**	**–**	**–**	**765.926**
Aumento de Capital - AGE 23/04/2015	30.000	(30.000)	–	–	–	–
Outros Eventos:						
Ações em Tesouraria	–	–	–	(7.886)	–	(7.886)
Cancelamento de Ações Próprias	–	(7.886)	–	7.886	–	–
Lucro Líquido do Exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**39.062**	**39.062**
Destinações:						
Reservas	–	–	23.709	–	(23.709)	–
Juros sobre o Capital Próprio	–	–	–	–	(15.353)	(15.353)
Saldos em 31/12/2015	**379.700**	**6.092**	**395.957**	**–**	**–**	**781.749**
Mutações do Período	30.000	(37.886)	23.709	–	–	15.823
Saldos em 31/12/2015	**379.700**	**6.092**	**395.957**	**–**	**–**	**781.749**
Aumento de Capital - AGE 20/04/2016	8.130	–	(8.130)	–	–	–
Outros Eventos						
Ações em Tesouraria	–	–	–	(1.354)	–	(1.354)
Lucro Líquido do Exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**40.053**	**40.053**
Destinações:						
Reservas	–	–	24.364	–	(24.364)	–
Juros sobre o Capital Próprio	–	–	–	–	(15.689)	(15.689)
Saldos em 31/12/2016	**387.830**	**6.092**	**412.191**	**(1.354)**	**–**	**804.759**
Mutações do Período	8.130	–	16.234	(1.354)	–	23.010
Saldos em 30/06/2016	**387.830**	**6.092**	**399.675**	**(437)**	**–**	**793.160**
Outros Eventos						
Ações em Tesouraria	–	–	–	(917)	–	(917)
Lucro Líquido do Semestre	**–**	**–**	**–**	**–**	**20.361**	**20.361**
Destinações:						
Reservas	–	–	12.516	–	(12.516)	–
Juros sobre o Capital Próprio	–	–	–	–	(7.845)	(7.845)
Saldos em 31/12/2016	**387.830**	**6.092**	**412.191**	**(1.354)**	**–**	**804.759**
Mutações do Período	–	–	12.516	(917)	–	11.599

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM R$ MIL - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2016

	2º Semestre	Exercício	
Atividades Operacionais	**2016**	**2016**	**2015**
Lucro Líquido do Período	**20.361**	**40.053**	**39.062**
Ajustes ao Lucro Líquido	**36.537**	**62.049**	**46.888**
- Depreciações e Amortizações	818	1.636	1.382
- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	22.897	44.332	41.071
- Ajustes de Provisão de Passivos Contingentes	13.432	17.489	5.442
- Ajustes de Atualização de Depósito Judicial	(610)	(1.408)	(1.007)
(Aumento)/Redução dos Ativos Operacionais	**126.098**	**622.320**	**(35.769)**
Títulos e Valores Mobiliários	(30.195)	214.657	(149.235)
Operações de Crédito	140.960	350.540	253.603
Outros Créditos	14.930	55.273	(145.600)
Outros Valores e Bens	575	2.181	5.656
Aquisição de Bens não de Uso Próprio	(8.405)	(11.694)	(14.853)
Alienação de Bens não de Uso Próprio	8.233	11.363	14.660
Aumento/(Redução) dos Passivos Operacionais	**377.286**	**(357.732)**	**(223.854)**
Depósitos	416.748	(180.363)	(257.350)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	–	–	(1.789)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(20.447)	(48.193)	39.130
Instrumentos Financeiros Derivativos	12.365	3.343	935
Outras obrigações	(6.941)	(78.309)	20.095
Resultados de Exercícios Futuros	(9.975)	(15.809)	(1.651)
Pagamentos de Imposto de Renda e Contribuição Social	(14.464)	(38.401)	(23.224)
Caixa Líquido Proveniente de (Aplicado em) Atividades Operacionais	**560.282**	**366.690**	**(173.673)**
Atividades de Investimentos			
Aquisição de Imobilizados de Uso	(1.127)	(2.270)	(1.283)
Aplicações no Intangível	(60)	(650)	(331)
Alienação de Imobilizados de Uso	98	129	286
Dividendos Recebidos	309	595	405
Caixa Líquido (Aplicado em) Atividades de Investimento	**(780)**	**(2.196)**	**(923)**
Atividades de Financiamentos			
Aquisição de Ações de Emissão Própria	(917)	(1.354)	(7.886)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(7.953)	(15.950)	(14.620)
Caixa Líquido (Aplicado em) Atividades de Financiamento	**(8.870)**	**(17.304)**	**(22.506)**
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes	**550.632**	**347.190**	**(197.102)**
Caixa e Equivalentes no Início do Período	239.658	443.100	640.202
Caixa e Equivalentes no Final do Período	790.290	790.290	443.100
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes	**550.632**	**347.190**	**(197.102)**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - R$ MIL Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2016

	2º Semestre	Exercício	
Descrição	**2016**	**2016**	**2015**
1. Receitas	**432.039**	**871.141**	**890.233**
Intermediação Financeira	437.028	880.310	896.132
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	14.247	27.746	28.522
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(22.897)	(44.332)	(41.071)
Outras Receitas Operacionais	5.001	8.715	7.325
Resultados não Operacionais	(1.340)	(1.298)	(675)
2. Despesas da Intermediação Financeira	**237.522**	**491.106**	**529.252**
3. Materiais e Serviços Adquiridos de Terceiros	**98.503**	**190.105**	**180.864**
Materiais, Energia e Outros (Materiais de Consumo, Telefone e Água)	1.844	3.674	4.555
Serviços de Terceiros	96.659	186.431	176.309
4. Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	**96.014**	**189.930**	**180.117**
5. Depreciação, Amortização e Exaustão	**818**	**1.636**	**1.382**
6. Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	**95.196**	**188.294**	**178.735**
7. Valor Adicionado Total a Distribuir	**95.196**	**188.294**	**178.735**
8. Distribuição do Valor Adicionado	**95.196**	**188.294**	**178.735**
Pessoal	**42.520**	**84.380**	**83.131**
Remuneração Direta	32.800	63.801	63.079
Benefícios	7.482	15.188	14.054
F.G.T.S.	2.238	5.391	5.998
Imposto, Taxas e Contribuições	**27.474**	**55.638**	**48.613**
Federais	26.700	54.024	47.109
Estaduais	–	9	–
Municipais	774	1.605	1.504
Remuneração de Capitais de Terceiros	**3.362**	**6.739**	**6.789**
Aluguéis	3.362	6.739	6.789
Outras (Doações Filantrópicas)	**1.479**	**1.484**	**1.140**
Remuneração de Capitais Próprios	**20.361**	**40.053**	**39.062**
Juros sobre o Capital Próprio	7.845	15.689	15.353
Lucros Retidos do Período	12.516	24.364	23.709

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - EM R$ MIL

(01) ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Atividade e estrutura do Grupo: A **Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos** ("Companhia") é instituição integrante do Conglomerado Financeiro Alfa, o qual é liderado pelo Banco Alfa de Investimento S.A. que tem suas origens no exercício de 1925, com a fundação do Banco da Lavoura de Minas Gerais. Em 1972, o Banco da Lavoura alterou sua denominação para Banco Real S.A. e, posteriormente, criou as outras empresas financeiras que constituíam o Conglomerado Financeiro Real. Em 1998, o Banco Real S.A. teve seu controle acionário vendido ao ABN Amro Bank. As empresas financeiras não vendidas (então, Banco Real de Investimento, Companhia Real de Investimento - C.F.I., Companhia Real de Arrendamento Mercantil e Companhia Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários) formaram o Conglomerado Financeiro Alfa, que foi completado logo depois com a criação do Banco Alfa S.A. (Banco Comercial). O Conglomerado é composto de 6 entidades legais que atuam através de controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum e pela atuação sob a mesma marca ou nome comercial. As seguintes instituições financeiras compõem o Conglomerado: - Banco Alfa de Investimento S.A. (instituição líder do Conglomerado) e suas controladas: Alfa Arrendamento Mercantil S.A. e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (BRI Participações Ltda., também controlada pelo Banco Alfa de Investimento, mas não se trata de empresa financeira); - Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos; - Banco Alfa S.A. O Banco Alfa de Investimento S.A. e a Financeira Alfa S.A.- Crédito, Financiamento e Investimentos são companhias abertas com ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A.. Com esta sólida história de mais de 90 anos, o Conglomerado Financeiro Alfa vem desenvolvendo sua atuação principalmente nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, tesouraria e administração de recursos de terceiros. O Conglomerado está sediado em São Paulo, na Alameda Santos nº 466, e mantém filiais em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Salvador, Brasília, Recife, Vitória, Goiânia, Florianópolis, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba e Campo Grande. Todas contando com modernas plataformas tecnológicas, o que permite maior agilidade nas decisões e no desenvolvimento de produtos. O controlador do Conglomerado Financeiro Alfa possui ainda relevantes investimentos em áreas não financeiras: Seguros e Previdência (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A.); Hotelaria (Rede Transamérica de Hotéis); Materiais de Construção (C&C Casa e Construção); Agropecuária e Agroindústria (Agropalma); Águas Minerais (Águas Prata); Alimentos (Sorvetes La Basque); Cultural (Teatro Alfa), Comunicações (Rádio Transamérica e TV Transamérica) e Indústria de Couro (Soubach). **b) Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), onde essas normas e instruções não forem conflitantes. Essas demonstrações financeiras foram concluídas em 08/03/2017 e aprovadas pelo Conselho de Administração em 09/03/2017. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de arrendamento mercantil, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários. Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, visando permitir a convergência às normas internacionais de contabilidade. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas das alterações por ela introduzidas, que incluem a adoção de pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), dependem de normatização por parte do CMN (Conselho Monetário Nacional). Até o momento, as alterações em normas de contabilidade aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro; ix) o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovados pelo CPC; e x) benefícios a empregados.

(02) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado. **a) Apuração do Resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. As rendas das operações de crédito vencidas são reconhecidas até o 59º dia como receita e, a partir do 60º dia deixam de ser apropriadas e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o artigo 9º da Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999. **b) Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo :** Demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estabelecidos pelas Circulares BACEN nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002, (vide notas explicativas nº 4b e 15). A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando a atual conjuntura econômica, a experiência de anos anteriores e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure montante suficiente e adequado para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999 (vide nota explicativa nº 5 letras "c" e "d"). **c) Títulos e Valores Mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.068, de 08/11/2001: I - Títulos para negociação; II - Títulos disponíveis para venda; III - Títulos mantidos até o vencimento. Na categoria "títulos para negociação" são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. Na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existe intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria "títulos disponíveis para venda" estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias, I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida: i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação"; e ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" estão apresentados pelo valor de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia. As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento" são reconhecidos no resultado do período. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data de balanço, através de coleta de preços divulgada por entidades independentes no mercado, especializadas na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, este valor é obtido através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço. **d) Instrumentos Financeiros Derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias da Companhia. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos". Os instrumentos financeiros derivativos realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos e passivos financeiros, que atendam os critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são classificados de acordo com sua natureza em: • Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de hedge, têm seus ganhos e perdas, registrados em conta de resultado; • Hedge de Fluxo de Caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido. A Companhia não realizou até o momento, operação com instrumento financeiro derivativo com o objetivo de proteção ("hedge") com natureza de "hedge de fluxo de caixa". A Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 15, de acordo com suas políticas de gestão de riscos, faz uso de instrumentos financeiros derivativos, principalmente contratos de SWAP registrados na BM&FBOVESPA S.A., classificados como "Hedge de Risco de Mercado", tendo como objeto operações de crédito. Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço divulgadas pela BM&FBOVESPA S.A. As operações de crédito designadas para hedge risco de mercado, como previsto na Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, são mensuradas a valor de mercado apenas para o componente de risco protegido, ou seja, as oscilações de taxa de mercado. Desta forma, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela BM&FBOVESPA (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. Na mensuração inicial, nenhum valor é reconhecido em resultado, entretanto, nas mensurações subsequentes reconhece-se em resultado as oscilações provenientes das mudanças das respectivas taxas futuras. A efetividade da proteção ("hedge"), conforme requer a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002, é mensurada desde a concepção e ao longo do prazo das operações. A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota explicativa nº 15. **e) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros:** A partir de janeiro de 2012, as cessões de crédito estão regidas pelas disposições da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.367, de 11/09/2014. As cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus ativos financeiros objetos da cessão registrados no ativo, na rubrica de "Operações de Crédito - Vinculadas à Cessão". Os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida, rubrica "Outras Obrigações - Diversas - Obrigações por Operações Vinculadas à Cessão", e as receitas e despesas apropriadas de forma segregada ao resultado pelos prazos remanescentes das operações. As cessões de crédito com transferência dos riscos, os ativos financeiros adquiridos são registrados no Ativo pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original, na rubrica "Operações de Crédito", mantidos controles analíticos sobre os valores originalmente contratados. **f) Ativo Permanente:** Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

ALFA FINANCEIRA

FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF nº 17.167.412/0001-13 - CARTA AUTORIZAÇÃO Nº 40 DE 04/03/1955
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - EM R$ MIL **Ouvidoria: 0800-7220140**

(f.1) Depreciação do Imobilizado de Uso, calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: Veículos e Processamento de Dados 20%, Móveis e Utensílios e Instalações 10% e (f.2) Amortização, basicamente, de despesas com benfeitorias em imóveis de terceiros e com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos. **g) Passivos Circulante e Exigível a Longo Prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. **h) Impostos e Contribuições:** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei n° 13.169, de 06/10/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pela Companhia a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota nº 8b). **i) Estimativas contábeis:** No processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com: • Provisão para créditos de liquidação duvidosa (vide nota nº 5d); • Instrumentos financeiros derivativos (vide nota nº 15); • Ativos tributários diferidos (vide nota nº 8b); e • Passivos contingentes (vide nota nº 11). A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras. **j) Ativos e Passivos Contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009, e Carta-Circular BACEN nº 3.429 de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros. i) Ativos Contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. ii) Passivos Contingentes - Fiscais e Previdenciárias, Cíveis e Trabalhistas (nota nº 11) - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança. **k) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as demonstrações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

(03) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	**787.245**	**438.972**
- de Ligadas	787.245	438.972
Total - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**787.245**	**438.972**

A Companhia possui Certificados de Depósitos Interfinanceiros com empresa do Conglomerado Financeiro com taxas indexadas a 100,0% do CDI (pós-fixada) e prazos de vencimento até 02/01/2017.

(04) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos:

	31/12/2016	31/12/2015
Carteira Própria - Livres:		
Letras Financeiras do Tesouro	49.380	275.307
Vinculado a Prestação de Garantias:		
Letras Financeiras do Tesouro	195.455	18.837
TOTAL - Títulos e Valores Mobiliários	**244.835**	**294.144**
Swaps - Diferencial a Receber (nota 15d)	48.364	213.712
TOTAL - Instrumentos Financeiros Derivativos	**48.364**	**213.712**
TOTAL GERAL	**293.199**	**507.856**

b) Classificação de Títulos e Valores Mobiliários por Categoria e Vencimento:

	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Títulos para Negociação					
Letras Financeiras do Tesouro (i)	1.706	1.984	241.145	244.835	294.144
Títulos e Valores Mobiliários	**1.706**	**1.984**	**241.145**	**244.835**	**294.144**
% Concentração por Prazo	**0,7%**	**0,8%**	**98,5%**	**100,0%**	

- "Títulos para Negociação": O valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço, obtido através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). **(i)** O ajuste negativo dos Títulos para Negociação no montante de R$ 299 (31/12/2015 R$ 42 também negativo), obtido entre os valores de custo R$ 245.134 (31/12/2015 R$ 294.186) e de mercado R$ 244.835 (31/12/2015 R$ 294.144), foi registrado sob o título "Resultado com Títulos e Valores Mobiliários". Os títulos privados são custodiados na CETIP S/A - Mercados Organizados e os títulos públicos no SELIC.

c) Composição dos Títulos vinculados a prestação de garantias:

	31/12/2016	31/12/2015
Títulos dados em garantia de operações em bolsa	188.059	15.831
Títulos dados em garantia em ações judiciais	7.396	3.006
Total	**195.455**	**18.837**

(5) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por setor de atividade:

	31/12/2016		31/12/2015	
Setores de Atividade:	**Valor**	**%**	**Valor**	**%**
Setor Privado				
Rural	1.531	–	2.521	0,1
Indústria	29.204	0,9	38.917	1,0
Comércio	392.756	11,6	611.985	15,7
Instituições Financeiras	483.250	14,3	454.857	11,7
Outros Serviços	219.148	6,5	345.118	8,8
Pessoas Físicas	2.260.048	66,7	2.446.716	62,7
Total da Carteira	**3.385.937**	**100,0**	**3.900.114**	**100,0**
Empréstimos	1.456.798	43,0	1.484.814	38,1
Financiamentos	1.431.579	42,4	1.937.544	49,7
Operações de crédito vinculados à cessão	17.983	0,5	33.319	0,8
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão (nota 6)	478.525	14,1	444.430	11,4
Outros Créditos (nota 6)	1.052	–	7	–
Total da Carteira	**3.385.937**	**100,0**	**3.900.114**	**100,0**
Ajuste ao valor mercado - Item Objeto Hedge	105.016	(*)	(60.916)	
Total Global	**3.490.953**		**3.839.198**	

(*) A oscilação deve substancialmente pelo fechamento da taxa de juros prefixadas, ou seja, atenuou-se a piora das expectativas aumentando assim o valor marcado a mercado do objeto de hedge.

b) Composição da carteira de crédito por faixas de vencimento:

Parcelas por Faixas de Vencimento:	31/12/2016			
	A Vencer	**Vencidos**	**Total**	**%**
A vencer				
- até 180 dias	1.119.715	14.103	1.133.818	33,5
- de 181 a 360 dias	612.162	9.435	621.597	18,3
- acima de 360 dias	1.591.912	19.195	1.611.107	47,6
Total Vincendas	**3.323.789**	**42.733**	**3.366.522**	**99,4**
Vencidas				
- até 60 dias	–	10.113	10.113	0,3
- de 61 a 180 dias	–	5.207	5.207	0,2
- acima de 180 dias	–	4.095	4.095	0,1
Total Vencidas	**–**	**19.415**	**19.415**	**0,6**
Total da Carteira	**3.323.789**	**62.148**	**3.385.937**	**100,0**
	31/12/2015			
A vencer	**A Vencer**	**Vencidos**	**Total**	**%**
- até 180 dias				
- de 181 a 360 dias	1.432.186	17.126	1.449.312	37,2
- acima de 360 dias	695.120	11.433	706.553	18,1
Total Vincendas	1.704.157	26.837	1.730.994	44,4
Vencidas	**3.831.463**	**55.396**	**3.886.859**	**99,7**
- até 60 dias				
- de 61 a 180 dias	–	4.680	4.680	0,1
- acima de 180 dias	–	5.136	5.136	0,1
Total Vencidas	–	3.439	3.439	0,1
Total da Carteira	**–**	**13.255**	**13.255**	**0,3**
	3.831.463	**68.651**	**3.900.114**	**100,0**

c) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco: A Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, estabelece os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais são baseados em sistemas de avaliação de risco de clientes/operações. A composição da carteira de crédito e a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na referida Resolução, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2016				
	Saldo da Carteira de Crédito			Provisão	
Níveis de Risco:	**A Vencer (*)**	**Vencidos**	**Total**	**Mínima Exigida**	**Contábil**
AA	582.017	–	582.017	–	–
A	2.475.919	–	2.475.919	12.380	12.380
B	210.990	7.573	218.563	2.186	2.186
C	33.944	8.501	42.445	1.273	29.014
D	9.986	5.200	15.186	1.519	7.593
E	1.283	4.272	5.555	1.666	3.888
F	6.982	11.823	18.805	9.403	15.044
G	1.043	4.704	5.747	4.023	5.747
H	1.625	20.075	21.700	21.700	21.700
Total	**3.323.789**	**62.148**	**3.385.937**	**54.150**	**97.552**
	31/12/2015				
	Saldo da Carteira de Crédito			Provisão	
Níveis de Risco:	**A Vencer (*)**	**Vencidos**	**Total**	**Mínima Exigida**	**Contábil**
AA	718.206	–	718.206	–	–
A	2.770.719	–	2.770.719	13.853	13.853
B	289.927	10.856	300.783	3.008	3.008
C	27.159	13.001	40.160	1.205	18.649
D	23.417	6.914	30.331	3.033	15.165
E	688	10.823	11.511	3.454	8.058
F	337	5.105	5.442	2.721	4.354
G	383	4.392	4.775	3.342	4.775
H	627	17.560	18.187	18.187	18.187
Total	**3.831.463**	**68.651**	**3.900.114**	**48.803**	**86.049**

(*) Inclui os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	2º Semestre		Exercício	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Saldo inicial no período	(96.384)	(70.053)	(86.049)	(70.036)
Constituição/(Reversão)	(22.897)	(28.729)	(44.332)	(41.071)
Baixas	21.729	12.733	32.829	25.058
Saldo final no período	**(97.552)**	**(86.049)**	**(97.552)**	**(86.049)**

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa atingiu o montante de R$ 97.552 (31/12/2015 R$ 86.049), correspondente a 2,88% (31/12/2015 2,21%) do total da carteira, desconsiderando o montante do ajuste a valor de mercado da carteira de crédito objeto de "hedge". A provisão constituída acima do mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682, decorre das análises internas e individuais dos clientes e é considerada adequada para suportar eventuais perdas. No exercício foram amortizados créditos para prejuízo no montante de R$ 39.445 (2015 R$ 32.801), e ocorreram recuperações no montante de R$ 13.812 (2015 R$ 15.762). O saldo das operações renegociadas era de R$ 74.223 (31/12/2015 R$ 75.146) na data do balanço. O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento, e nas condições de pagamento originalmente pactuadas, em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. **e) Cessão de Crédito:** As operações de cessão de crédito são contabilizadas conforme descrito na nota explicativa nº 2 "e" destas demonstrações financeiras. O saldo das operações de crédito cedidas com retenção de riscos contabilizadas segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, atualizado pelas taxas originais das operações de crédito e considerando as amortizações no período, perfaz o montante de R$ 26.036 (31/12/2015 R$ 44.929), tendo sido reconhecida no exercício receita de juros para estas operações o montante de R$ 5.742 (2015 R$ 10.985), e estão registradas na Demonstração de Resultado sob a rubrica "Receitas da Intermediação Financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros". O saldo correspondente destas operações, relativo ao valor recebido pela Companhia nestas transações, atualizado pela taxa do contrato de cessão, e considerando as amortizações realizadas, está refletido no passivo no montante de R$ 28.542 (31/12/2015 R$ 49.983), tendo sido apropriadas no exercício despesas de juros no montante de R$ 3.861 (2015 R$ 7.653) registrado na rubrica "Despesas da Intermediação Financeira - Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros". A provisão para créditos de liquidação duvidosa para as operações cedidas com retenção de riscos segundo as regras da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, é efetuada conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682, de 21/12/1999, e está registrado no montante de R$ 144 (31/12/2015 R$ 171). No período de Novembro e Dezembro/2016 a Companhia realizou cessão de operações de crédito com transferência dos riscos com instituição financeira ligada (aquisição) no total de R$ 50.321 (31/12/2015 R$ zero), registrada em conta adequada do Ativo, na rubrica "Operações de Crédito".

(06) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	31/12/2016		31/12/2015
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	478.525	(*)	444.430
Depósitos judiciais	45.634		72.406
Créditos tributários (nota 8b)	70.430		109.508
Carteira de crédito - recursos em trânsito	7.253		31.715
Prêmio da venda de Operações de Crédito - Ligadas	1.422		–
Tributos antecipados	67		120
Outros créditos	1.780		286
Total	**605.111**		**658.465**

(*) Refere-se a operações de crédito pessoal consignado adquiridas com cláusula de coobrigação junto a instituições ligadas. Para registro das operações de crédito adquiridas foi observado o critério contábil estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08.

(07) DESPESAS ANTECIPADAS:

Refere-se substancialmente a valores pagos a título de intermediação de negócios às revendas de veículos e às lojas de departamento. Essas despesas, quando não são pagas ou financiadas pelos clientes, são apropriadas ao resultado com base no prazo contratual da operação de crédito.

(08) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2º Semestre	Exercício	
	2016	**2016**	**2015**
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidas as participações no resultado	**29.957**	**59.792**	**52.592**
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (*)	(13.481)	(26.906)	(21.037)
Efeito da majoração da alíquota CSLL (*)	–	–	(1.625)
Efeito no cálculo dos tributos:	3.886	7.167	9.132
Ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	(8.432)	(16.778)	(14.258)
Créditos Amortizados para Prejuízo	(2.215)	(2.617)	446
Juros sobre o capital próprio	3.530	7.060	6.141
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(525)	(5.176)	(6.405)
Contingências Fiscais e Trabalhistas	(4.282)	(3.427)	(28)
Obrigações Ficais Diferidas	21.562	92.028	(31.809)
Ativo Fiscal Diferido	(7.211)	(65.530)	53.407
Outros valores	1.459	1.607	1.638
Imposto de renda e contribuição social	**(9.595)**	**(19.739)**	**(13.530)**
Sendo			
Impostos correntes	**(23.946)**	**(46.237)**	**(35.128)**
Impostos diferidos	**14.351**	**26.498**	**21.598**
Despesa Contabilizada	**(9.595)**	**(19.739)**	**(13.530)**

(*) Vide nota explicativa nº 2h.

b) Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	31/12/2015	Constituição	Realização	31/12/2016
Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis	8.833	8.214	(4.733)	12.314
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	34.420	15.558	(10.957)	39.021
Créditos Amortizados para Prejuízo	8.013	13.899	(11.573)	10.339
Outros Créditos Tributários	2.911	7.167	(6.541)	3.537
Derivativos	55.331	8.568	(58.680) (*)	5.219
Total - Crédito Triburário Ativo	**109.508**	**53.406** (*)	**(92.484)**	**70.430**
Total - Obrigaçoes Fiscais Diferidas	**(94.043)**	**(45.109)**	**110.685**	**(28.467)**
Créditos Tributários Líquidos das Obrigações Fiscais Diferidas	**15.465**			**41.963**
% sobre Patrimônio Líquido	**2,0%**			**5,2%**

(*) Refere-se substancialmente aos créditos tributários e obrigações fiscais diferidas sobre o ajuste a valor de mercado de instrumentos derivativos.

A Administração da Companhia, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 31/12/2016, estimou que a realização do Crédito Tributário Ativo ocorrerá na seguinte proporção:

Realização					
1º ano	**2º ano**	**3º ano**	**4º ano**	**5º ano**	**6º ano**
13%	37%	10%	23%	10%	7%

Na data-base 31/12/2016 o valor presente dos créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas calculados com base na taxa Selic é de R$ 31.957 (31/12/2015 R$ 15.465). Os créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas não ativados em 31/12/2016, referentes à majoração da alíquota da CSLL, totalizavam R$ 7.819 (31/12/2015 R$ 5.931).

(09) DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES

a) Composição dos Recursos Captados:

	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos Interfinanceiros	3.486.526	3.666.889
Obrigações por Repasses - País	93.295	141.488
Obrigações por Venda de Ativos Financeiros (nota 5e)	28.542	49.983
Total - Recursos Captados	**3.608.363**	**3.858.360**

b) Composição de Recursos Captados por prazos de vencimento:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	31/12/2016
Depósitos Interfinanceiros	819.751	1.521.109	1.125.481	20.185	3.486.526
Obrigações por Repasses (i)	10.074	26.429	50.702	6.090	93.295
Obrigações por Operações de Venda de Ativos Financeiros	3.035	8.649	14.919	1.939	28.542
Total de Captações	**832.860**	**1.556.187**	**1.191.102**	**28.214**	**3.608.363**
% Concentração por Prazo	**23,1%**	**43,1%**	**33,0%**	**0,8%**	**100,0%**

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	1 ano a 3 anos	Acima de 3 anos	31/12/2015
Depósitos Interfinanceiros	527.842	1.247.895	1.867.018	24.134	3.666.889
Obrigações por Repasses	11.726	31.947	65.247	32.568	141.488
Obrigações por Operações de Venda de Ativos Financeiros	6.209	12.966	21.987	8.821	49.983
Total de Captações	**545.777**	**1.292.808**	**1.954.252**	**65.523**	**3.858.360**
% Concentração por Prazo	**14,2%**	**33,5%**	**50,6%**	**1,7%**	**100,0%**

Os recursos captados no País para repasses a clientes possuem as seguintes características: **(i)** Representado por Operações BNDES, com vencimentos até 15/10/2020 à taxa pós-fixada de 3,30% a.a. mais TJLP e à taxa pós-fixada de 2,30% a.a. mais UMBNDES (Cesta de moedas BNDES), Operações de FINAME com vencimentos até 17/07/2023 à taxa pós-fixada de 0,90% até 4,00% a.a. mais TJLP, à taxa pós-fixada de 1,40% até 1,70% mais SELIC e pré-fixada até 19,79% a.a., garantidas por contratos.

(10) OUTRAS OBRIGAÇÕES:

a) Fiscais e Previdenciárias:

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	19.957	11.998
Impostos e contribuições a recolher	5.728	6.131
Provisões para impostos e contribuições diferidos (*)	28.467	94.043
Provisões para riscos fiscais (nota 11)	5.688	6.651
Total	**59.840**	**118.823**

(*) Refere-se, basicamente, a IR Diferido - TVM e Derivativos (vide nota explicativa nº 8b).

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

ALFA FINANCEIRA

FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF nº 17.167.412/0001-13 - CARTA AUTORIZAÇÃO Nº 40 DE 04/03/1955
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - EM R$ MIL **Ouvidoria: 0800-7220140**

b) Diversas:

	31/12/2016	31/12/2015
Provisões de pessoal e administrativa	22.930	24.436
Contingência trabalhista (nota 11)	23.468	14.270
Contingência cível (nota 11)	2.374	2.979
Obrigações por venda de ativos financeiros (nota 5e)	28.542	49.983
Carteira de crédito - valores a processar/liberar	8.746	32.908
Credores diversos	1.543	2.997
Total	**87.603**	**127.573**

(11) PASSIVOS CONTINGENTES

A Companhia, no curso normal de suas atividades, é parte em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível. A Administração considera que as provisões existentes na data destas demonstrações financeiras são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas variações no período estão demonstradas a seguir:

	Fiscais e Previdenciárias (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis (c)
Saldo inicial em 01/01/2016	**6.650**	**14.270**	**2.979**
(+) Complemento de provisão	345	18.813 (*)	726
(+) Atualização de provisão	459	–	–
(–) Baixa por pagamento	–	(8.886)	(730)
(–) Baixa por reversão	(1.767) (**)	(729)	(601)
Saldo final em 31/12/2016	**5.687**	**23.468**	**2.374**

(*) Refere-se à revisão da expectativa de perda das ações em andamento, realizada pela Administração. **(**)** Reversão do PIS EC 17/97 em decorrência de decisão judicial favorável transitada em julgado - R$ 1.756.

a) As contingências fiscais e previdenciárias referem-se principalmente a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial, com destaque para a cobrança do PIS pela Emenda Constitucional 10/96 (não observância da irretroatividade e da anterioridade nonagesimal quando da cobrança do PIS) - R$ 1.508 (31/12/2015 R$ 3.181). As provisões existentes amparam o risco decorrente das obrigações legais e das contingências fiscais e previdenciárias consideradas como de perda provável e encontram-se no exigível a longo prazo na rubrica "Provisão para Riscos Fiscais" do grupo "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". A Companhia possui outras contingências fiscais e previdenciárias avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de risco de perda possível, conforme Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do Conselho Monetário Nacional, no montante de R$ 45.577 (31/12/2015 R$ 49.835), com destaque para: **PIS**: Refere-se à discussão sobre a aplicabilidade da Lei nº 9.718/1998, no tocante à base de cálculo do PIS, para fazer incidir tal contribuição sobre todas as receitas das instituições financeiras, e não apenas sobre suas receitas de prestação de serviços. Ante a referida norma, a Companhia ingressou com ação e obteve decisão favorável que afasta tal pretensão, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (STF), já transitada em julgado. Em que pese este afastamento pelo STF, a Companhia voltou a ter estes valores questionados pela Receita Federal do Brasil e está contestando administrativa e judicialmente estas cobranças - R$ 41.162 (31/12/2015 R$ 40.338). A Companhia deixou de divulgar a contingência referente ao ISS Prefeitura de São Paulo (autos de infração para cobrança de ISS sobre valores registrados em diversas contas contábeis sob alegação de se tratar de receitas de prestação de serviços) em razão da reavaliação do risco, realizada por nossos assessores legais, o qual deixou de ser classificado como perda possível passando a perda remota. **b)** As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por terceiros que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A provisão constituída encontra-se registrada na rubrica "Provisão para Passivos Contingentes" do grupo "Outras Obrigações - Diversas", no exigível a longo prazo (vide nota nº 10b). As ações de natureza trabalhista para as quais foi constituída provisão são consideradas como risco de perda provável. Para determinação do valor de provisão necessário, estas ações são avaliadas em seu conjunto, considerando histórico de pagamentos feitos pela Companhia a esse título. As contingências trabalhistas classificadas como de perda possível atingiram o montante de R$ 30.024 (31/12/2015 R$ 30.523) na data destas demonstrações financeiras. **c)** As contingências cíveis são originadas basicamente por ações judiciais movidas por terceiros, pleiteando restituição de valores cobrados e/ou indenizações por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis. A provisão constituída encontra-se registrada no passivo circulante e exigível a longo prazo, na rubrica "Outras Obrigações Diversas" (vide nota nº 10b). Para determinar o montante adequado de provisão a Administração considera análise individual ou para conjuntos de ações de mesma natureza consideradas significativas e histórico de perdas, constituindo provisão para aquelas consideradas como de perda provável. As contingências cíveis classificadas como de perda possível atingiram o montante de R$ 6.870 (31/12/2015 R$ 6.377) na data destas demonstrações financeiras, representado principalmente por ações indenizatórias ou de cobrança, cujos valores individuais não são relevantes.

(12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: Está dividido em 59.042.969 de ações ordinárias e 44.471.587 de ações preferenciais sem valor nominal. É assegurado às ações preferenciais, que não possuem direito de voto, um dividendo mínimo de 8% a.a. sobre a parte e respectivo valor do capital que essas ações representam. A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/04/2016, homologada pelo Banco Central do Brasil em 15/06/2016, aprovou o aumento do capital social para R$ 387.830, mediante incorporação de reservas de lucros. **b) Dividendos:** O Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser pago sob a forma de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 31 do Estatuto Social e artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26/12/1995. De acordo com o artigo 5º, parágrafo 2º: "Para as ações preferenciais é assegurado o direito ao dividendo anual mínimo de 8% (oito por cento) sobre a parte do capital representada pelas ações preferenciais, mantendo-se e preservando-se, desta forma, o direito originário ao dividendo anual mínimo de 8% (oito por cento) calculado sobre o valor nominal das mesmas ações para preferentemente a qualquer outro dividendo", conforme demonstrado abaixo:

i) Cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio sobre o Lucro Líquido Anual:

Demonstrativo	31/12/2016	31/12/2015
Lucro Líquido do Exercício	**40.053**	**39.062**
(–) Reserva Legal	(2.003)	(1.953)
Lucro Líquido Ajustado	38.050	37.109
Juros sobre Capital Próprio - Valor Bruto	**11.190**	**10.915**
(–) Imposto de Renda na Fonte - 15%	(1.679)	(1.637)
Juros sobre Capital Próprio - Valor Liquído	9.511	9.278
% sobre o Lucro Líquido Ajustado	25%	25%

Os juros sobre o capital próprio atingiram R$ 15.689 no exercício (31/12/2015 R$ 15.353), correspondendo ao valor bruto de R$ 353,59 (31/12/2015 R$ 338,74) por lote de mil ações preferenciais possuídas em 31/12/2016. Foram pagos juros sobre o capital próprio, com base no balanço intermediário de 30 de junho de 2016, no montante de R$ 7.844 (30/06/2015 R$ 7.209), correspondendo ao valor bruto de R$ 176,57 (30/06/2015 R$ 155,60) por lote de mil ações preferenciais. Para o segundo semestre de 2016 foi aprovado o valor bruto de R$ 7.845 (31/12/2015 R$ 8.144), correspondendo ao valor bruto de R$ 177,02 (31/12/2015 R$ 183,14) por lote de mil ações preferenciais. A adoção do pagamento de juros sobre o capital próprio aumentou o resultado da Companhia em R$ 6.275 (31/12/2015 R$ 6.141) face ao benefício fiscal obtido. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Circular Bacen nº 2.739/97, Deliberação CVM nº 207/96 e em atendimento às disposições fiscais. A seguir demonstramos os valores aprovados:

Tipo de Ação	Quantidade de Ações	Valores por Lote de 1.000 Ações 1º Semestre	2º Semestre	Exercício 2016	Total R$ Mil
ON	59.042.969	–	–	–	–
ON	(259.400) (*)	–	–	–	–
PN	44.471.587	176,57	177,02	353,59	15.725
PN	(152.400) (*)	176,57	177,02	353,59	(36)
					15.689

(*) Ações em Tesouraria.

c) Reservas de Lucros:

	31/12/2016	31/12/2015
Reserva legal	58.202	56.199
Reservas estatutárias - aumento de capital	287.725	276.827
Reservas estatutárias - dividendos	66.264	62.931
Total	**412.191**	**395.957**

d) Ações em Tesouraria:

Em atendimento ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 358, de 03/01/2002, e alterações posteriores, e nos termos da Instrução CVM nº 567, de 17/12/2015, e do artigo 18, alínea "h" do Estatuto Social da Companhia, em 15 de junho de 2016 o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de ações de sua própria emissão, para cancelamento, no valor total de até R$ 4.100, sem redução de capital social. Poderão ser adquiridas até (a) 300.000 ações ordinárias e (b) 900.000 ações preferenciais. O prazo para execução do Programa é de até 18 (dezoito) meses contados da data da deliberação, podendo ser cancelado a qualquer instante pelo referido conselho. Durante o período de Junho/2016 a Dezembro/2016 foram adquiridas e permanecem em tesouraria 259.400 ações ordinárias e 152.400 preferenciais, no montante de R$ 1.354. O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R$ 2,5300, R$ 3,2768 e R$ 3.6000, e por ação PN é de R$ 3,1500, R$ 3,3084 e R$ 3,7000, respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2016, era de R$ 3,50 por ação ON e R$ 3,70 por ação PN.

(13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, são efetuadas operações com partes relacionadas, conforme demonstramos a seguir:

	31/12/2016 Ativos (Passivos)	31/12/2015 Ativos (Passivos)	Exercício 2016 Receitas (Despesas)	2015 Receitas (Despesas)
Disponibilidades	**1.601**	**1.654**	**–**	**–**
- Outras partes relacionadas (1)	**1.601**	**1.654**	**–**	**–**
Banco Alfa S.A.	1.601	1.654	–	–
Aplicações (Captações) em depósitos interfinanceiros (1)	**(2.699.281)**	**(3.227.917)**	**(397.722)**	**(428.025)**
- Outras partes relacionadas (1)	**(2.699.281)**	**(3.227.917)**	**(397.722)**	**(428.025)**
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	(775.352)	(664.931)	(104.811)	(50.795)
Banco Alfa de Investimento S.A.	(1.923.929)	(2.562.986)	(292.911)	(377.230)
Aquisição de ativos financeiros	**482.531**	**440.003**	**90.522**	**74.859**
- Outras partes relacionadas (2)	**482.531**	**440.003**	**90.522**	**74.859**
Banco Alfa S.A.	482.531	440.003	90.522	74.859
Aplicações (Captações) no mercado aberto	**–**	**–**	**–**	**(80)**
- Outras partes relacionadas (1)	**–**	**–**	**–**	**(80)**
Banco Alfa S.A.	–	–	–	(81)
Banco Alfa de Investimento S.A.	–	–	–	1
Negociação e Intermediação de Valores	**–**	**–**	**–**	**(30)**
- Outras partes relacionadas (1)	**–**	**–**	**–**	**(30)**
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	–	–	–	(30)
Juros sobre o capital próprio e dividendos	**(3.839)**	**(3.971)**	**(9.019)**	**(7.940)**
- Controladora	**(1.388)**	**(1.436)**	**(3.260)**	**(2.869)**
Alfa Holdings S.A.	(2)	(2)	(4)	(3)
Consorcio Alfa de Administração S.A.	(2)	(2)	(4)	(3)
Corumbal Participações e Administração	(1.384)	(1.432)	(3.252)	(2.863)
- Outras partes relacionadas	**(3)**	**(3)**	**(7)**	**(7)**
- Pessoal chave da administração da entidade ou de sua controladora	**(2.448)**	**(2.532)**	**(5.752)**	**(5.064)**
Outras transações (3)	**(910)**	**(1.505)**	**(12.428)**	**(19.134)**
- Outras partes relacionadas (1)	**(910)**	**(1.505)**	**(12.428)**	**(19.134)**
Alfa Corretora de Valores Mobiliários S.A.	–	–	(6)	–
Banco Alfa S.A.	(62)	(1.003)	(3.789)	(11.304)
Banco Alfa de Investimento S.A.	(268)	(502)	–	–
Hotel Transamérica Ltda.	–	–	(109)	(154)
Instituto Alfa de Cultura	–	–	–	(505)
Metro Dados Ltda.	(78)	–	(1.034)	(765)
Metro Sistemas e Informática Ltda.	(180)	–	(2.532)	(2.226)
Metro Táxi Aéreo Ltda.	–	–	(443)	(301)
Metro Tecnologia e Informática Ltda.	(322)	–	(4.515)	(3.879)

(1) As transações referem-se às operações envolvendo a Companhia e partes relacionadas, efetuadas a taxas compatíveis com as taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações. **(2)** Refere-se à aquisição de operações de crédito consignado junto à empresa ligada (com coobrigação), realizadas na vigência da Resolução CMN nº 3.533, de 31/01/2008, no montante de R$ 478.525 (31/12/2015 R$ 444.430) e realizadas na vigência da Circular BACEN nº 2.568, de 04/05/1995, no montante de R$ 4.006 (31/12/2015 R$ 9.511). **(3)** Os ressarcimentos de custos referem-se basicamente, a agenciamento de operações e sublocação de imóvel com empresas ligadas de acordo com contrato mantido entre as partes. **b)** Remuneração dos Administradores: Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, é estabelecida a remuneração para os membros do Conselho da Administração e Diretoria. No exercício, o montante registrado foi de R$ 9.496 (2015 R$ 8.716) para os membros do Conselho de Administração e Diretoria. A Companhia não possui para o pessoal-chave da Administração, benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho. **b.1)** Conforme legislação em vigor, a Companhia não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para: - Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau; - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; - Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; Dessa forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares. **c)** Participação acionária: Os membros do Conselho de Administração possuem em conjunto a seguinte participação acionária em 31 de dezembro de 2016: Ordinárias 1,877%, Preferenciais 36,581% e do total de ações 16,786%.

(14) GERENCIAMENTO DE RISCO

O gerenciamento de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para o Conglomerado Financeiro Alfa. O gerenciamento e monitoramento dos riscos envolvidos nas diversas atividades do Conglomerado Financeiro Alfa são realizados por área independente através de políticas de controles, estabelecimento de estratégias de operação, determinação de limites e do acompanhamento constante das posições assumidas através de técnicas específicas, consoantes às diretrizes estabelecidas pela Administração. A estrutura de gerenciamento de riscos contempla os seguintes riscos segregados por natureza: **Risco de mercado -** O risco de mercado está relacionado à probabilidade de perda decorrente dos impactos de flutuações dos preços e taxas de mercado sobre as posições ativas e passivas da carteira própria do Conglomerado Financeiro Alfa. A política global em termos de exposição a riscos de mercado é conservadora, sendo a estratégia e os limites de VaR (Value at Risk) definidos pelo comitê de gestão de risco de mercado e seu cumprimento acompanhado diariamente por área independente à gestão das carteiras, através de métodos e modelos estatísticos e financeiros desenvolvidos de forma consistente com a realidade de mercado. A metodologia para apuração do VaR é baseada no modelo paramétrico, com intervalo de confiança de 99% para o horizonte de tempo de um dia e as volatilidades são calculadas pela metodologia EWMA com a utilização de fator de decaimento (lâmbda) de 0,94. Além do VaR, são adotados os parâmetros de risco acumulado mensal e cenários de stress em que são elaborados cenários históricos e hipotéticos para as taxas de mercado e verificados os possíveis impactos nas posições. Complementando a estrutura de acompanhamento, controle e gestão de riscos de mercado, são calculados diariamente os valores exigidos de capital para cobertura das exposições ao risco de mercado, em conformidade com a Resolução BACEN nº 4.193 de 01/03/2013, com as alterações da redação dada pela Resolução nº 4.281, de 31/10/2013. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site ***www.alfanet.com.br.*** **Risco de liquidez -** O controle e estratégia de liquidez são decididos pelo comitê de caixa que se reúne diariamente antes do início das operações, com o objetivo de avaliar o comportamento dos diversos mercados de juros, dólar e bolsas, domésticos e internacionais, bem como, definir as estratégias do dia e avaliar o fluxo de caixa das empresas financeiras. O comitê de caixa gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e de grande liquidez, cujas posições são monitoradas on-line e casadas cuidadosamente quanto a moedas e prazos. Adicionalmente, os controles do risco de liquidez utiliza-se de fluxo de caixa projetado para atendimento à Resolução BACEN nº 4.090, de 24/05/2012, com as alterações da redação dada pela Resolução nº 4.388, de 18/12/2014, adotando-se as premissas de fluxo de vencimento das operações financeiras, fluxo de caixa de despesas, o nível de atraso nas carteiras e antecipação de passivos. O Conglomerado Financeiro Alfa possui um plano de contingência para riscos de liquidez, pautado pela prudência, estruturado para cenários de adversidade e em constante evolução. Este plano considera um caixa mínimo necessário, a liquidez dos ativos e linhas de crédito disponíveis em cenário de adversidade. **Risco de crédito -** É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes, dentre outras, mas principalmente, das seguintes situações: **(a)** Da inadimplência dos tomadores de crédito (pessoas físicas, empresas, instituições financeiras) na liquidação dos compromissos assumidos sobre posições de empréstimos, ativos financeiros e/ou seus respectivos instrumentos derivativos. **(b)** Da possibilidade de desembolsos financeiros para honrar avais, fianças, compromissos de crédito, coobrigações ou operações de natureza semelhante. **(c)** De possíveis renegociações, em termos mais desfavoráveis, das condições pactuadas na operação original. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito do Conglomerado Financeiro Alfa deve em conformidade com as disposições do Artigo 3º da Resolução BACEN nº 3.721, de 30/04/2009, com as alterações da redação dada pela Resolução nº 4.388, de 18/12/2014, permitir a identificação, mensuração e controle dos riscos associados às operações de crédito, bem como a aplicação de mitigadores a estes riscos. Ressalta-se que este objetivo estende-se a todas as empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de crédito encontra-se disponível no site ***www.alfanet.com.br.*** O Conglomerado Financeiro Alfa visando maior celeridade no processo de concessão de crédito utiliza-se, no segmento de varejo, de modelos estatísticos para avaliação do risco de crédito, o qual, aprovado pelo comitê de crédito e primando pela prudência que caracteriza a forma de atuar do Conglomerado Financeiro Alfa, busca coletar informações que permitam avaliar caráter, idoneidade e histórico positivo de crédito, geração de renda, estabilidade profissional e outras informações externas disponíveis. Este modelo está em constante evolução com vistas a capturar o maior número de informações relevantes para permitir segurança na concessão de crédito. No segmento de atacado, as operações de crédito são analisadas individualmente no comitê de crédito do Conglomerado Financeiro Alfa e se baseiam em um profundo conhecimento das atividades, situação patrimonial e financeira dos clientes e seu histórico de crédito. **Risco operacional** - A gestão de risco operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais, conceituados na Resolução BACEN nº 3.380, de 29/06/2006, com as alterações da redação dada pela Resolução nº 4.388, de 18/12/2014, aos quais o Conglomerado Financeiro Alfa está sujeito, e a consequente adoção de medidas preventivas. Tais ações visam resguardar nossa imagem de integridade e correção perante a comunidade, acionistas, colaboradores e autoridades reguladoras, gerando benefícios resultantes da boa gestão destes riscos. Em conformidade com a política institucional, o gerenciamento do risco operacional é de responsabilidade do departamento de gestão de riscos. Este departamento reporta-se diretamente à controladoria, que além de coordenar diretamente as atividades inerentes ao processo, desempenha também o papel de disseminador da cultura de prevenção ao risco operacional pelo Conglomerado Financeiro Alfa. É sua responsabilidade reportar ao comitê de controles de risco operacional a identificação e ações para correção de eventuais deficiências de controle e gerenciamento de riscos operacionais. Cabe ressaltar que as medidas tomadas e registradas em atas neste comitê são acompanhadas diretamente pela Presidência e Conselho de Administração do Conglomerado Financeiro Alfa. A descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível no site ***www.alfanet.com.br.*** Conforme disposto no Artigo 18 da Circular BACEN n° 3.678 de 31/10/2013, com as alterações da redação dada pela Circular BACEN nº 3.716, de 21/08/2014, as informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), estão disponíveis no site ***www.alfanet.com.br.***

(15) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para atender sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos resultantes das variações em taxas de juros, em operações comerciais e financeiras, podendo se valer, excepcionalmente, destas operações para a geração de lucro, desde que dentro dos limites de exposição aprovados para a Companhia e com a autorização do Diretor de Tesouraria. Os instrumentos financeiros derivativos são representados por operações de swap, registrados na BM&FBOVESPA S.A., envolvendo taxas pré-fixadas e mercado interfinanceiro (DI) e correspondem somente a operações para proteção patrimonial. Esses instrumentos financeiros derivativos tem seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas específicas, de acordo com o respectivo recebimento (ativo) ou pagamento (passivo). Abaixo, composição dessa carteira por tipo de instrumento indexador, demonstrada pelo seu valor base, de custo amortizado e de valor justo.

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

ALFA FINANCEIRA

FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF nº 17.167.412/0001-13 - CARTA AUTORIZAÇÃO Nº 40 DE 04/03/1955
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - EM R$ MIL

a) Instrumentos financeiros derivativos:

	31/12/2016		31/12/2015
Instrumentos Financeiros Derivativos para negociação	11.530		6.065
Instrumentos Financeiros Derivativos para Hedge de valor justo	(28.529)	(*)	145.627
Total	**(16.999)**		**151.692**

(*) A oscilação deve substancialmente pelo fechamento da taxa de juros prefixadas, ou seja, atenuou-se a piora das expectativas aumentando assim o valor marcado a mercado do objeto de hedge.

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Instrumento Financeiro de Curto Prazo	28.518	30.878
Ativo Instrumento Financeiro de Longo Prazo	19.846	182.834
Passivo Instrumento Financeiro de Curto Prazo	(12.859)	(19.465)
Passivo Instrumento Financeiro de Longo Prazo	(52.504)	(42.555)
Total	**(16.999)**	**151.692**

b) Instrumentos financeiros derivativos para negociação:

	31/12/2016		
	Valor de Referência	**Custo Amortizado**	**Valor Justo**
Pré	394.856	519.992	524.248
Mercado Interfinanceiro	346.867	548.206	547.928
Posição Ativa	**741.723**	**1.068.198**	**1.072.176**
Pré	346.867	532.001	528.381
Mercado Interfinanceiro	394.856	532.535	532.265
Posição Passiva	**741.723**	**1.064.536**	**1.060.646**
Contratos de Swaps - Exposição Líquida	**–**	**3.662**	**11.530**

	31/12/2015		
	Valor de Referência	**Custo Amortizado**	**Valor Justo**
Pré	824.638	966.432	923.393
Mercado Interfinanceiro	699.564	981.998	981.998
Posição Ativa	**1.524.202**	**1.948.430**	**1.905.391**
Pré	699.564	986.854	926.869
Mercado Interfinanceiro	824.638	972.457	972.457
Posição Passiva	**1.524.202**	**1.959.311**	**1.899.326**
Contratos de Swaps - Exposição Líquida	**–**	**(10.881)**	**6.065**

c) Instrumentos financeiros derivativos para "hedge" de valor justo:

	31/12/2016		
	Valor de Referência	**Custo Amortizado**	**Valor Justo**
Mercado Interfinanceiro	1.918.774	2.354.365	2.353.172
Posição Ativa	**1.918.774**	**2.354.365**	**2.353.172**
Pré	1.918.774	2.321.062	2.381.701
Posição Passiva	**1.918.774**	**2.321.062**	**2.381.701**
Contratos de Swaps - Exposição Líquida	**–**	**33.303**	**(28.529)**

	31/12/2015		
	Valor de Referência	**Custo Amortizado**	**Valor Justo**
Mercado Interfinanceiro	2.113.051	2.418.357	2.418.357
Posição Ativa	**2.113.051**	**2.418.357**	**2.418.357**
Pré	2.113.051	2.404.779	2.272.730
Posição Passiva	**2.113.051**	**2.404.779**	**2.272.730**
Contratos de Swaps - Exposição Líquida	**–**	**13.578**	**145.627**

d) Os seguintes valores a receber (ativo) e a pagar (passivo) foram registrados em contas patrimoniais sob o título "Instrumentos Financeiros Derivativos":

	31/12/2016		
	Ativo - Saldo a Receber		
	Negociação	**Hedge de valor justo**	**Total**
de swaps	26.113	22.251	48.364
Total	**26.113**	**22.251**	**48.364**
	31/12/2016		
	Passivo - Saldo a Pagar		
	Negociação	**Hedge de valor justo**	**Total**
de swaps	14.583	50.780	65.363
Total	**14.583**	**50.780**	**65.363**
	31/12/2015		
	Ativo - Saldo a Receber		
	Negociação	**Hedge de valor justo**	**Total**
de swaps	68.076	145.636	213.712
Total	**68.076**	**145.636**	**213.712**
	31/12/2015		
	Passivo - Saldo a Pagar		
	Negociação	**Hedge de valor justo**	**Total**
de swaps	62.011	9	62.020
Total	**62.011**	**9**	**62.020**

e) O Saldo de instrumentos financeiros derivativos a pagar/receber estavam distribuídos segundo as seguintes faixas de vencimento:

Ativo

Negociação:

	31/12/2016				
	Até 3 meses	**3 meses a 1 ano**	**1 ano a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Swap	3.747	10.008	9.278	3.080	**26.113**
Sub Total	**3.747**	**10.008**	**9.278**	**3.080**	**26.113**

Hedge de valor justo:

	31/12/2016				
	Até 3 meses	**3 meses a 1 ano**	**1 ano a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Swap	5.176	9.587	6.416	1.072	**22.251**
Sub Total	**5.176**	**9.587**	**6.416**	**1.072**	**22.251**
Total	**8.923**	**19.595**	**15.694**	**4.152**	**48.364**

Passivo

Negociação:

	31/12/2016				
	Até 3 meses	**3 meses a 1 ano**	**1 ano a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Swap	(3.598)	(7.046)	(3.657)	(282)	**(14.583)**
Sub Total	**(3.598)**	**(7.046)**	**(3.657)**	**(282)**	**(14.583)**

Hedge de valor justo:

	31/12/2016				
	Até 3 meses	**3 meses a 1 ano**	**1 ano a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Swap	(353)	(1.862)	(20.717)	(27.848)	**(50.780)**
Sub Total	**(353)**	**(1.862)**	**(20.717)**	**(27.848)**	**(50.780)**
Total	**(3.951)**	**(8.908)**	**(24.374)**	**(28.130)**	**(65.363)**

Ativo

Negociação:

	31/12/2015				
	Até 3 meses	**3 meses a 1 ano**	**1 ano a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Swap	3.174	12.004	32.492	20.406	**68.076**
Sub Total	**3.174**	**12.004**	**32.492**	**20.406**	**68.076**

Hedge de valor justo:

	31/12/2015				
	Até 3 meses	**3 meses a 1 ano**	**1 ano a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Swap	1.827	13.873	66.401	63.535	**145.636**
Sub Total	**1.827**	**13.873**	**66.401**	**63.535**	**145.636**
Total	**5.001**	**25.877**	**98.893**	**83.941**	**213.712**

Passivo

Negociação:

	31/12/2015				
	Até 3 meses	**3 meses a 1 ano**	**1 ano a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Swap	(5.978)	(13.478)	(26.532)	(16.023)	**(62.011)**
Sub Total	**(5.978)**	**(13.478)**	**(26.532)**	**(16.023)**	**(62.011)**

Hedge de valor justo:

	31/12/2015				
	Até 3 meses	**3 meses a 1 ano**	**1 ano a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Swap	–	(9)	–	–	**(9)**
Sub Total	**–**	**(9)**	**–**	**–**	**(9)**
Total	**(5.978)**	**(13.487)**	**(26.532)**	**(16.023)**	**(62.020)**

f) Os seguintes resultados foram registrados sob o título "Instrumentos Financeiros Derivativos":

	2º Semestre 2016		
	Negociação	**Hedge de valor justo**	**Total**
de swaps	744	(29.558)	(28.814)
Total	**744**	**(29.558)**	**(28.814)**
	2015		
	Negociação	**Hedge de valor justo**	**Total**
de swaps	370	110.820	111.190
Total	**370**	**110.820**	**111.190**
	Exercício 2016		
	Negociação	**Hedge de valor justo**	**Total**
de swaps	1.107	(162.731)	(161.624)
Total	**1.107**	**(162.731)**	**(161.624)**
	2015		
	Negociação	**Hedge de valor justo**	**Total**
	76	130.172	130.248
	76	**130.172**	**130.248**

g) O ajuste de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, que reduziu o ajuste negativo da carteira de crédito, dentro da efetividade conforme regulamentação vigente, foi o seguinte:

	2º Semestre					
	2016			2015		
	Negociação	**Hedge de valor justo**	**Total**	**Negociação**	**Hedge de valor justo**	**Total**
de swaps	(3.766)	(46.341)	(50.107)	(6.527)	90.651	84.124
Total	**(3.766)**	**(46.341)**	**(50.107)**	**(6.527)**	**90.651**	**84.124**

	Exercício					
	2016			2015		
	Negociação	**Hedge de valor justo**	**Total**	**Negociação**	**Hedge de valor justo**	**Total**
de swaps	(9.077)	(193.881)	(202.958)	(15.065)	107.192	92.127
Total	**(9.077)**	**(193.881)**	**(202.958)**	**(15.065)**	**107.192**	**92.127**

Contabilidade de "Hedge": A Companhia adota a política de se proteger do risco de taxa de juros advindo das operações de crédito pré-fixadas em consonância com suas políticas de gestão de risco, levando em consideração as taxas de captação praticadas. Através da estratégia de "hedge" a administração tem por objetivo proteger o "spread" de suas operações de crédito. Nos termos da Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002, a Companhia utilizou a prerrogativa de reconhecimento dessas operações e do respectivo objeto de "hedge" pela contabilidade de "hedge". **h) Análise de Sensibilidade:** Em conformidade com a instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, a Companhia realiza análises de sensibilidade das operações que possam expô-la a riscos oriundos da volatilidade de fatores de riscos de mercado, a qual poderá gerar prejuízos materiais para suas operações e/ou fluxos de caixa. O quadro disposto abaixo traz valores das exposições em análise, bem como os testes de sensibilidade das mesmas, considerando-se três cenários de estresse possíveis: **a)** situação de estresse determinada pela Companhia e aprovada em seu Comitê de Gestão de Riscos de Mercado (CGRM), o qual se baseia em cenário de estresse divulgado pela BM&FBOVESPA S.A. na data-base destas demonstrações financeiras; **b)** situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada e; **c)** situação de estresse considerada pela Companhia com deterioração de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) na variável de risco considerada. É importante salientar que os cenários (b) e (c) abaixo, estão sendo apresentados por exigência da instrução CVM nº 475, entretanto, referem-se a cenários que a Administração da Companhia não acredita que possam ocorrer.

	31/12/2016			
Exposição	**MTM - Exposição**	**Estresse - Alfa cenário (a)**	**Deterioração de 25% cenário (b)**	**Deterioração de 50% cenário (c)**
Pré-fixada	1.018.851	(10.945)	(17.860)	(34.634)

	31/12/2015			
Exposição	**MTM - Exposição**	**Estresse - Alfa cenário (a)**	**Deterioração de 25% cenário (b)**	**Deterioração de 50% cenário (c)**
Pré-fixada	1.464.716	(16.426)	(19.935)	(38.705)

Foi considerada para a análise apresentada acima, a exposição líquida das operações (posições ativas menos posições passivas), ressaltando que estão incluídas todas as posições de derivativos contratadas.

(16) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

a) Outras Despesas Administrativas:

	2º Semestre 2016	Exercício 2016	Exercício 2015
Água, energia e gás	(218)	(478)	(481)
Aluguéis	(3.361)	(6.738)	(6.788)
Comunicações	(1.440)	(2.846)	(3.798)
Depreciação e amortização	(818)	(1.636)	(1.382)
Manutenção e conservação de bens	(575)	(1.036)	(1.010)
Processamento de dados	(9.782)	(18.867)	(17.687)
Promoções e relações públicas	(1.060)	(2.133)	(2.216)
Propaganda e publicidade	(613)	(873)	(1.110)
Serviços do sistema financeiro	(2.102)	(5.172)	(5.990)
Serviços de terceiros	(2.163)	(4.126)	(3.840)
Serviços técnicos especializados	(4.270)	(7.760)	(7.841)
Viagem	(1.129)	(1.910)	(2.119)
Outras despesas administrativas	(2.896)	(4.414)	(4.288)
Total	**(30.427)**	**(57.989)**	**(58.550)**

b) Outras Receitas Operacionais:

	2º Semestre 2016	Exercício 2016	Exercício 2015
Atualização de tributos a compensar e recuperação de depósitos judiciais	1.994	4.503	4.790
Dividendos e juros sobre o capital recebidos ou declarados de investimentos avaliados pelo método de custo	309	595	613
Dividendos prescritos	440	983	1.003
Reversão de provisões operacionais - PIS EC 17/97	1.750	1.750 (*)	–
Recuperação de tributos	47	47	–
Remuneração folha pagamento	196	391	354
Reversão de provisão - Honorários Advocatícios	–	–	262
Outras rendas operacionais	265	446	303
Total	**5.001**	**8.715**	**7.325**

(*) Vide nota explicativa nº 11.

c) Outras Despesas Operacionais:

	2º Semestre 2016	Exercício 2016	Exercício 2015
Atualização e complemento de provisão para riscos fiscais e de tributos a recolher	(217)	(644) (*)	(389)
Comissões	(3.965)	(8.456)	(12.603)
Contingências cíveis	(336)	(511) (*)	(1.511)
Contingências trabalhistas	(14.629)	(18.084) (*)	(3.543)
Garantias tomadas	(3.789)	(10.042)	(11.301)
Despesas com intermediação/ equalização de contratos	(48.363)	(99.535)	(98.152)
Outras despesas operacionais	(2.435)	(4.701)	(4.126)
Total	**(73.734)**	**(141.973)**	**(131.625)**

(*) Vide nota explicativa nº 11.

d) Resultado não Operacional:

	2º Semestre 2016	Exercício 2016	Exercício 2015
Lucro na alienação de valores e bens	286	628	608
Prejuízo na alienação de bens do permanente	–	(2)	(4)
Prejuízo na alienação de valores e bens	(950)	(1.380)	(1.180)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(579)	(426)	36
Outras receitas/despesas não operacionais	(97)	(118)	(135)
Total	**(1.340)**	**(1.298)**	**(675)**

e) Contratação de Seguros: O Conglomerado Financeiro Alfa tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para coberturas de eventuais perdas. Para proteção de seu patrimônio, o Conglomerado tem por filosofia transferir, através de contratação de seguros, riscos que, na eventualidade de ocorrência, possa acarretar prejuízos que impactem, significativamente, seu patrimônio. Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais do Conglomerado Financeiro Alfa era composta por R$ 74.502 (31/12/2015 R$ 75.168) para danos materiais. Além disso, possui cobertura para Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil de R$ 6.000 (31/12/2015 R$ 1.200) e R$ 2.200 (31/12/2015 R$ 2.550), respectivamente, para suprir eventuais danos ao Conglomerado Financeiro Alfa. **f) Planos de remuneração baseados em ações e outros benefícios pós-emprego a seus empregados:** Em atendimento à Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012 informamos que a Companhia não mantém planos de remuneração em ações (stock options) e outros benefícios pós emprego a seus empregados. **g)** A Medida Provisória nº 675, de 22/05/2015, foi convertida na Lei nº 13.169, publicada em 07 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. **h) Índice de Capital:** As instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo patrimônio de referência mínimo requerido (PRMR) em relação aos ativos ponderados pelo risco (RWA). O PRMR é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. O Conglomerado Financeiro Alfa, em 31 de dezembro de 2016, atingiu índice de capital de 24,83% (31/12/2015 23,48%) calculado a partir do conceito de "Consolidado Prudencial", nos termos da Resolução CMN nº 4.192 de 28/02/2013, demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Financeiro Alfa, quando comparado aos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal, determinados pelo Banco Central do Brasil para 2016, que equivale a 10,5% (PR 9,875% + ACP 0,625%).

Conglomerado Prudencial Alfa

	Prudencial (1)	
	31/12/2016	**31/12/2015**
Patrimônio de Referência - Nível I	**2.245.898**	**2.122.056**
Capital Principal	**2.245.898**	**2.122.056**
Patrimônio Líquido	2.258.329	2.163.233
(–) Ajustes Prudenciais	(12.431)	(41.177)
Patrimônio de Referência (PR)	**2.245.898**	**2.122.056**
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	**9.046.875**	**9.036.134**
Parcela relativa ao:		
Risco de Crédito	7.494.528	7.914.329
Risco de Mercado	561.362	322.207
Risco Operacional	990.985	799.598
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	**893.379**	**993.975**
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal	**56.543**	**–**
Índice de Basileia	**24,83%**	**23,48%**
Capital de Nível I	**24,83%**	**23,48%**
Capital Principal	**24,83%**	**23,48%**

(1) Conforme a Resolução nº 4.278 de 31/10/2013, a partir da data-base janeiro de 2015, o índice de Capital passou a ser apurado a partir do conceito de "Consolidado Prudencial". Em complemento aos requerimentos mínimos de capital, a partir do 4º trimestre de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748 de 26/02/2015 do Banco Central do Brasil, que incorpora o Índice de Razão de Alavancagem (RA) ao arcabouço de Basileia III no Brasil. A RA é definida como a razão entre Capital de Nível I (capital de mais alta qualidade mantido pelos bancos) e Exposição Total (calculada nos termos da referida Circular). Em 31 de dezembro de 2016, o Índice de Alavancagem do conglomerado prudencial Alfa é de 16,12% (31/12/2015 18,18%). **Ajuste Prudencial:** Em atendimento a Resolução nº 4.277 de 31/10/2013, com nova redação pela Resolução nº 4.389 de 18/12/2014 do Conselho Monetário Nacional, foram analisados os instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado para eventual ajuste prudencial. A Administração do Conglomerado Financeiro Alfa não identificou ajustes a serem realizados, tendo em vista que os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente, cujos preços foram baseados em informações independentes, em que o preço refletia adequadamente o valor líquido provável de realização.

(17) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604 de 29/08/2008, apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa está constituído por:

	2º Semestre 2016	Exercício 2016	Exercício 2015
No início do período	239.658	443.100	640.202
Disponibilidade	8.624	4.128	5.924
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	231.034	438.972	634.278
No final do período	790.290	790.290	443.100
Disponibilidade	3.045	3.045	4.128
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	787.245	787.245	438.972
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	550.632	347.190	(197.102)

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

(18) INFORMAÇÕES SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, através da Circular nº 1.273 de 29/12/1987 (COSIF). A Resolução CMN nº 3.786 de 24/09/2009 e as Circulares BACEN nº 3.472 de 27/10/2009 e nº 3.516 de 02/12/2010 estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, a partir de 31 de dezembro de 2010, elaborar anualmente e

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

ALFA FINANCEIRA

FINANCEIRA ALFA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ/MF nº 17.167.412/0001-13 - CARTA AUTORIZAÇÃO Nº 40 DE 04/03/1955
SEDE: ALAMEDA SANTOS, 466 - SÃO PAULO - SP
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - EM R$ MIL **Ouvidoria: 0800-7220140**

divulgar em até 90 dias após a data-base de 31 de dezembro suas demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board. Conforme estabelecido na resolução do CMN, a Companhia divulgou em seu "website", em março de 2016, suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e 2014 preparadas de acordo com o IFRS. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Administração promoverá, dentro do prazo de 90 dias, a divulgação em seu "website" das demonstrações financeiras da Companhia em IFRS. A Administração acredita que as diferenças entre o lucro líquido e o patrimônio líquido para 31 de dezembro de 2016 não são significativamente diferentes, quanto à sua natureza ou seus valores, das apresentadas na reconciliação de 31 de dezembro de 2016, divulgada nas demonstrações financeiras em IFRS e não incorporadas nestas demonstrações financeiras.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Guilherme Monteiro Lobato Ribeiro - Presidente
Humberto Mourão de Carvalho
Luiz Alves Paes de Barros

DIRETORIA

Rubens Bution - Diretor Presidente
Antonio José Ambrozano Neto
Fabio Alberto Amorosino **Fabiano Siqueira de Oliveira**

CONTADORA

Regiane Conceição dos Santos
CRC 1SP 261.243/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da **Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos** aprovam, por unanimidade: **a)** o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016, elaborados com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e, no que não conflitarem, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; **b)** as Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2016, comparadas com as Demonstrações Financeiras encerradas em 31.12.2015, preparadas com base no IFRS, de acordo com as Normas e Interpretações adotadas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), traduzidas para a língua portuguesa pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), em atendimento à Resolução nº 3.786/09, à Circular nº 3.516/10 e ao Comunicado nº 14.259/06, todos do Banco Central do Brasil; **c)** o Estudo Técnico de Viabilidade de Geração de Lucros Tributáveis que ampara os valores contabilizados sob a rubrica "Créditos Tributários"; e **d)** a proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, de aumentar o capital social, tendo em vista que as Demonstrações Financeiras acusam excesso de reservas em relação ao capital social, no valor de R$12.200.000,00 (Doze milhões e duzentos mil reais), elevando-o de R$387.830.000,00 (trezentos e oitenta e sete milhões e oitocentos e trinta mil reais) para R$400.030.000,00 (Quatrocentos milhões e trinta mil reais), visando eliminar referido excesso. Que esse aumento seja levado a efeito mediante a capitalização a ser retirado da conta "Reservas de Lucros - Reserva para Aumento de Capital", sem emissão de novas ações. Dada a natureza desse aumento, não haverá incidência de qualquer ônus fiscal para a Sociedade nem para os seus acionistas. Aprovam, ainda, a consequente reforma do Artigo 5º do Estatuto Social. Os membros do Conselho Fiscal recomendam a aprovação destas propostas pela Assembleia Geral.

São Paulo, 09 de março de 2017

Wilson Roberto Bodani Fellin
Luiz Gonzaga Ramos Schubert
Paulo Caio Ferraz de Sampaio

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Financeira Alfa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme descrito na nota explicativa n° 05, a constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, obedece aos critérios mínimos exigidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, normativo que estabelece os critérios para classificação das operações de crédito e para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo "AA" o melhor rating e "H" o pior risco, além do percentual mínimo a ser provisionado. A Companhia constitui, quando necessário, provisão acima do mínimo requerido pela referida Resolução, para tanto, se baseia em análises internas e na conjuntura econômica, setorial e individual de cada cliente para avaliar tal necessidade. As premissas utilizadas visam a adequada provisão para suportar eventuais perdas. Devido a relevância das operações de crédito, aos julgamentos relacionados à estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos relacionados de aprovação, registro, classificação das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, formalização das análises e revisões de riscos de crédito, a sua inclusão no sistema e, com o auxílio de nossos especialistas na área de tecnologia, a interface entre o referido sistema e a contabilidade. Adicionalmente analisamos as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Com base em amostragens, analisamos documentos suporte preparados pela Companhia para fundamentar o cálculo, a contabilização e divulgação da provisão para crédito de liquidação duvidosa de acordo com os requerimentos mínimos estabelecidos pela Resolução n° 2.682.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

• Provisão e Passivos Contingentes - trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme mencionado na nota explicativa n° 11, a Companhia constitui, considerando a avaliação de assessores legais, provisão para demandas judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas, decorrentes do curso de suas operações. Para determinação do valor de provisão trabalhista e cível, as ações são avaliadas, considerando a opinião de assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, os posicionamentos dos tribunais, o histórico de perdas e outros critérios feitos pela Companhia a esse título. As premissas utilizadas são formalizadas em políticas institucionais e visam à adequada provisão para suportar eventuais perdas. Devido ao grau de julgamentos e à especificidade na classificação do risco de uma demanda judicial, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles relativos ao cadastro, avaliação do risco, cálculo e registro da provisão, acompanhamento do processo e encerramento. Avaliamos a adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e passivos contingentes. Por amostragem realizamos procedimentos de auditoria quanto às constituições, reversões e suficiência da provisão. Analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Avaliamos a adequação das premissas utilizadas na metodologia da mensuração dos valores, a memória de cálculo da provisão, os dados e informações históricas e analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais processos em que a Companhia está envolvida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

• Valor justo de Instrumentos Financeiros Derivativos - Estrutura Hedge *Accounting*

Conforme nota explicativa nº 15, a Companhia calcula o valor justo dos seus instrumentos financeiros derivativos (operações de crédito designadas para cobertura ("hedge") de risco de mercado) tomando como base as informações divulgadas no mercado futuro (BM&FBOVESPA S.A.). A Companhia possui contratos de SWAP (CDI x PRÉ) que, em parte, foram realizados com a intenção de proteção a riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos financeiros. Essa estrutura de proteção está classificada como "Hedge" de Risco de Mercado, tendo como item objeto as operações de crédito. As operações de crédito designadas para "hedge" risco de mercado são mensuradas a valor de mercado. Para cálculo do valor justo, os valores de resgates (ou valores futuros) são descontados pela curva futura de juros divulgada pela BM&FBOVESPA (DI X PRE) para cada respectivo vencimento. A mensuração a valor justo tanto dos derivativos como do item objeto de "hedge" devem atender aos critérios determinados pela Circular BACEN nº 3.082/02, norma que estabelece e consolida critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos, além de políticas e controles para garantir a sua efetividade. Devido ao julgamento envolvido para precificação dos derivativos e premissas utilizadas para mensuração a valor de mercado do item objeto de "hedge", consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos, avaliamos o desenho, a implementação e os controles internos adotados pela Companhia para mensuração do valor de mercado dos instrumentos derivativos, do item objeto de "hedge" e acompanhamento da estrutura de "hedge". De acordo com as políticas contábeis, verificamos a estrutura de "hedge", bem como do cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, do item objeto de "hedge" e teste de efetividade. Adicionalmente, analisamos se as informações apresentadas em notas explicativas atendem a todos os requisitos de divulgação determinados pela Circular BACEN nº 3.082/02 e aplicáveis à Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequadas a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - BACEN aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar à Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2017

KPMG

KPMG Auditores Independentes **Zenko Nakassato**
CRC 2SP014428/O-6 Contador CRC 1SP160769/O-0

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente